****

**Câmara dos Deputados**

**Gabinete do Deputado Federal**

**MAJOR OLIMPIO**

Ofício nº 236/GDFMO/2018 Brasília, 18 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor

Ministro Luiz Fux

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência especial atenção ao pleito que realizo.

Está sendo divulgado em diversos veículos de comunicação social, inclusive pelo próprio site do Partido dos Trabalhadores – PT (anexo), vídeo (CD Anexo) da Senadora do PT, Gleisi Hoffmann, nesta terça-feira, dia 16/04/18, se apresentando, **como Presidente do referido partido**, em que realiza uma denúncia a todo o “mundo árabe” através da rede de televisão Al Jazeera, a situação do preso condenado Luiz Inácio Lula da Silva, e ao final convoca para que se unam a eles para que lutem pela liberdade do condenado pela justiça brasileira.

Excelência, tal ato é gravíssimo e afronta o Estado Democrático de Direito e incide em crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/73) e na Lei que tipifica os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social (Lei nº 1.802/53), nos seguintes dispositivos:

**Lei de Segurança Nacional**:

**Art. 8º** - Entrar em entendimento ou negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, para provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil.

Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

Parágrafo único - Ocorrendo a guerra ou sendo desencadeados os atos de hostilidade, a pena aumenta-se até o dobro.

**Art. 9º** - Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país.

Pena: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até um terço; se resulta morte aumenta-se até a metade.

**Art. 10** - Aliciar indivíduos de outro país para invasão do território nacional.

Pena: reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único - Ocorrendo a invasão, a pena aumenta-se até o dobro.

(...)

**Art. 16** - Integrar ou manter associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

**Art. 17** - Tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito.

Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

Parágrafo único.- Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até a metade; se resulta morte, aumenta-se até o dobro.

**Art. 18** - Tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados.

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

(...)

**Art. 22** - Fazer, em público, propaganda:

I - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social;

II - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa;

III - de guerra;

IV - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: detenção, de 1 a 4 anos.

**Art. 23** - Incitar:

I - à subversão da ordem política ou social;

II - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições

civis;

III - à luta com violência entre as classes sociais;

IV - à prática de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

**Lei dos crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social**

**Art. 2º** Tentar:

    I - submeter o território da Nação, ou parte dêle, à soberania de Estado estrangeiro;

    II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

    III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

    IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

    Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos ao demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

**Art. 3º** Promover insurreição armada contra os poderes do Estado.

    Pena:- reclusão de 3 a 9 anos, aos cabeças; de 2 a 6 anos aos demais agentes.

(...)

 **Art. 5º** Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de govêrno por ela estabelecida.

    Pena: - reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos, aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

(...)

**Art. 17**. Instigar, públicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.

    Pena: - detenção de seis meses a 2 anos.

(...)

  **Art. 27.** Utilizar-se de qualquer meio de comunicação, para dar indicações que possam pôr em perigo a defesa nacional.

    Pena:- reclusão de 2 a 6 anos, se o fato não constituir crime mais grave.

É válido ressaltar, que a “denúncia” realizada pela Senadora do PT Gleisi Hoffmann **se deu como Presidente de seu partido, sendo ato expressamente vinculado a ele**, devendo tal agremiação partidária também sofrer as sanções legais, uma vez que a Constituição Federal estabelece em seu art. 17, caput e inciso IV, que:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, **resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos**:

(...)

**IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.**

Logo, resta comprovado, mediante o cotejo do vídeo anexado e os dispositivos legais supracitados, que a Senadora do PT Gleisi Hoffmann, como Presidente do Partido dos Trabalhadores, praticou diversos crimes que atentam contra a Soberania Nacional, o Estado Democrático Direito, o Respeito aos Poderes Constituídos, principalmente o Poder Judiciário e a Ordem Política e Social do País, de forma a incitar em nome do seu Partido, através da maior rede de televisão do “mundo árabe” a denominada Al Jazeera, que todos os países ali alcançados se juntem a eles para lutar para que o condenado Luiz Inácio Lula da Silva esteja livre.

É válido ressaltar, que os países em que é veiculada essa rede televisiva utilizada pela Senadora citada e seu partido, alcança regiões em que há concentrações de diversos grupos terroristas, colocando em risco também a segurança nacional do Brasil.

Tendo em vista a competência Constitucional desta corte superior em relação ao registro e funcionamento dos partidos políticos, requeiro a Vossa Excelência que sejam adotadas as medidas legais para a cassação de registro do Partido dos Trabalhadores, por violação ao art. 17, caput e IV, da CF/88.

Certo do atendimento do pleito, nesta oportunidade renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Major Olimpio**

**Deputado Federal**

**PSL/SP**